



AO SR. PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT

Objeto: Impugnação ao Instrumento Convocatório.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

Tipo: MENOR PREÇO

E-mail: licitacoes@extramaquinassa.com.br

EXTRA MAQUINAS S.A., Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 19.293.041/0002-22, com sede Avenida Miguel Sutil, n.º 4.001-C, bairro Areão, Cuiabá-MT, CEP: 78010-500, , por seu representante legal **Senhor PERSIO DOMINGOS BRIANTE**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o número 346.489.501-78, por seu representante que esta subscreve, vem, respeitosamente, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

contra patente nulidade do instrumento convocatório por restringir de forma ilegal a participação dos interessados, porquanto consagra condições discriminatórias fundada em critérios não pertinentes e/ou relevantes para o objeto da contratação, o que faz pelos fundamentos de fato e direito que passa a articular.



I – DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE IGUALDADE E COMPETITIVIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO.

Convém, inicialmente, destacar que é pressuposto inquestionável do Estado Democrático de Direito o fato da Administração Pública subordinar-se ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, tal pressuposto se substancia na **Constituição Federal da República (CRFB/88)**, que assim dispõe:

“Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”

No âmbito específico das licitações e contratos administrativos, a **Lei nº 14.133/2021 (a Nova Lei de Licitações)** elenca em seu artigo 5º os princípios a serem observados, incluindo a legalidade, a isonomia, competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para Administração.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Desta feita, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a lei e os princípios a ela inerentes. Das premissas licitatórias extrai-se a seguinte fórmula, que deve sempre ser almejada pela Administração Pública: **“BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO POR MEIO DE PROCEDIMENTO FORMAL EM QUE FIQUEM ASSEGURADAS A ISONOMIA E A COMPETITIVIDADE.”**

Decorre daí, por óbvio, que a licitação é um procedimento construído sob a ideia de competição. Esse é o escopo da atividade administrativa licitatória, que deve sempre estimular o incremento da disputa. Assim, se ao administrador socorrerem duas condutas, deverá sempre optar



por aquela que favoreça a ampliação do universo de competidores, sob pena de ferir o **interesse público**, os princípios supramencionados e a legislação, viciando o ato que não respeitar essa lógica.

Com a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** demonstrar-se-á que as condições do instrumento convocatório estão limitando a competitividade, reduzindo drasticamente a possibilidade de obter a melhor proposta, haja vista redução injustificada do universo de competidores, comprovando o direcionamento do certame.

As exigências que adiante serão detidamente explicitadas não são apenas ilegais, mas, também, desnecessárias e restritivas à competição, o que é rechaçado pela jurisprudência, sendo que as regras do edital de licitação devem ser interpretadas sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, para que possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes em busca de encontrar entre as propostas, a mais vantajosa.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União também pondera sobre o tema, vejamos:

*a) A matéria envolve o cotejo de dois preceitos inerentes às licitações públicas, ambos com sede constitucional: a comprovação da habilitação para contratar com a **Administração e o princípio da competitividade**.*

b) A administração tem o dever de se proteger de interessados não capacitados a prestar o serviço ou realizar a obra objeto da licitação. Por isso, a Lei de Licitações e Contratos prevê a fase de habilitação, na qual os interessados devem comprovar os requisitos exigidos no edital. Nela, a Administração deve impedir a participação daqueles sem condições de cumprir o objeto.

C) Por outro lado, a igualdade de condições das licitações é princípio de estatura constitucional (cf. art. 37, XXI, da CR/88). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas “as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”) e no 1º, inc. I, art. 3º da Lei nº 8.66/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório.

O Superior Tribunal de Justiça no julgamento do **Recurso Especial n. 361736/SP**, consagrou no tocante à ampla competitividade às licitações públicas:



*“Da lição do mestre Marçal Justen Filho temos: **“É certo que não***

***pode a administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação da disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de cumprimento das obrigações.** (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p.335). Recurso especial não conhecido.”*

O próprio legislador estabeleceu que o caráter competitivo constitui um princípio essencial da licitação, sem o qual a seleção da proposta mais vantajosa estará derradeiramente prejudicada, sendo, por corolário, tal atividade essencial à lógica interna do procedimento licitatório, vez que onde não há competição, não há licitação.

Na hipótese vertente, as exigências habilitatórias inadequadas - que abaixo serão tratadas de forma detalhada - afastarão a participação de grande parte dos interessados, sem nenhuma eficiência compensatória relevante aos interesses públicos objetivos com o presente certame, conforme será adiante pontualmente demonstrado.

Demonstrar-se-á com a presente impugnação aos termos do edital que as condições do instrumento convocatório estão limitando injustamente o universo de competidores, porquanto consagra condições discriminatórias fundada em critérios não pertinentes e/ou não relevantes para o objeto da contratação, o que constitui restrição velada à participação dos interessados, em detrimento da legislação de regência.

Em tempo, considerando a necessidade de evitar irregularidades em editais de licitação que tenha por objeto a aquisição de maquinário, geralmente decorrentes de regras que restrinjam a participação de empresas.

Diante da exigência encontrada no texto convocatório, a competitividade pretendida e a melhor contratação almejada restarão comprometidas, motivo pelo qual a **IMPUGNANTE investe-se contra os termos do Edital** e seus anexos, o que o faz por meio da presente manifestação, requerendo, desde logo, seja suspensa a licitação para adequação do edital com vistas a ampliar o universo de competidores.



II - DAS CONDIÇÕES DISCRIMINATÓRIAS FUNDADAS EM CRITÉRIO NÃO PERTINENTE E/OU NÃO RELEVANTES PARA O OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O Município de Várzea Grande/MT instaurou o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2026, do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelo Decreto Municipal nº 81/2023.

O objeto do certame consiste na contratação de empresa para o fornecimento de maquinário leve e pesado, bem como de caminhões, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a aquisição pretendida tem por finalidade promover a substituição gradual de equipamentos atualmente considerados obsoletos, bem como ampliar a capacidade operacional da frota municipal, possibilitando maior eficiência no atendimento da extensa malha viária do Município e das demandas relacionadas à infraestrutura urbana e rural, além de reduzir os custos decorrentes de manutenções corretivas frequentes..

O Termo de Referência estabelece diversas especificações técnicas mínimas e obrigatórias para os equipamentos a serem fornecidos. Todavia, verifica-se que determinadas exigências técnicas apresentam nível de detalhamento que pode restringir a competitividade do certame, especialmente quando não acompanhadas de justificativa técnica suficiente que demonstre sua imprescindibilidade para a plena execução das atividades pretendidas pela Administração.

Esta circunstância pode ocasionar restrição indevida à competitividade, uma vez que tende a excluir propostas de equipamentos de reconhecida qualidade e desempenho disponíveis no mercado, com base em divergências pontuais que não comprometem a funcionalidade, a eficiência operacional ou a finalidade pública do equipamento a ser adquirido.

Conforme se evidencia na análise dos equipamentos da impugnante, verifica-se a existência de especificações técnicas que não são integralmente atendidas pelos modelos ofertados. Entretanto, tais divergências não comprometem o desempenho, a finalidade pública nem a operacionalidade do equipamento, tratando-se de variações técnicas usuais no mercado de máquinas pesadas, plenamente toleráveis sob a ótica técnica e administrativa, devendo, portanto, ser analisadas à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampliação da competitividade nas contratações públicas.

Característica do Bem ofertado pela Impugnante (Motoniveladora GR1803BR)	Característica do Bem Licitado
espessura lâmina: 20 mm	espessura lâmina: 22 mm:



velocidade máxima avante: 38 Km/h	velocidade máxima avante: 39, 70 km/h
velocidade máxima à ré: 23 Km/h	velocidade máxima à ré 31,30 km/h
capacidade tanque combustível: 280 litros	capacidade tanque combustível: 284 litros
tipo transmissão: conversor de torque	Tipo transmissão: servotransmissão acionamento direto
tipo freio: freio hidráulico	tipo freio: ar com discos banhados a óleo

Característica do Bem ofertado pela Impugnante (Retroescavadeira XC870BR-II)	Característica do Bem Licitado
Potência Operacional: 99,87 CV	Potência Operacional Mínima: 100 CV
Capacidade Carregadeira: 1 m ³	Capacidade Mínima Carregadeira: 1,3M ³ :

Característica do Bem ofertado pela Impugnante (Escavadeira XE225BR)	Característica do Bem Licitado
Capacidade: 1,2 m ³ .	Capacidade:1,4 m ³

Nesse contexto, destaca-se que os modelos ofertados por esta impugnante apresentam plena capacidade operacional para atender à finalidade pretendida pela Administração Pública de Várzea Grande/MT, revelando-se plenamente compatíveis com as atividades descritas no edital, especialmente aquelas voltadas à execução de serviços de infraestrutura urbana e rural, terraplenagem, pavimentação, manutenção de estradas vicinais e apoio a obras públicas.

A análise comparativa demonstra que, embora o edital estabeleça determinadas especificações técnicas mínimas com métricas muito específicas — como a espessura exata da lâmina ou a litragem precisa do tanque de combustível —, os modelos ofertados apresentam configurações que não comprometem o desempenho, a funcionalidade ou a eficiência operacional requerida pela Secretaria Municipal de Viação e Obras. Pelo contrário, garantem a adequada execução das atividades operacionais relacionadas aos serviços essenciais do Município, sem qualquer prejuízo operacional e assegurando o aumento da capacidade de atendimento pretendida pela Administração.

A manutenção das exigências editalícias com rigidez excessiva revela-se incompatível com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da ampla competitividade. Tais princípios devem orientar os procedimentos licitatórios conduzidos sob a égide da Lei nº 14.133/2021, que rege o presente certame, especialmente no que se refere às condições de julgamento e aceitabilidade das propostas.



Nessa mesma linha de raciocínio, a imposição de barreiras técnicas inflexíveis diante de equipamentos que atendem plenamente à finalidade pública colide frontalmente com o critério de julgamento de menor preço por item estabelecido para o certame. O objetivo primordial da licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, o que pressupõe o equilíbrio entre a qualidade técnica do maquinário ofertado e a economicidade na aplicação dos recursos públicos.

Ao afastar propostas potencialmente vantajosas com fundamento exclusivo em divergências técnicas pontuais que não interferem na funcionalidade essencial do equipamento, a Administração Municipal corre o risco de restringir indevidamente a competitividade e comprometer a obtenção do melhor preço, privilegiando um formalismo excessivo em detrimento da eficiência que deve nortear as contratações públicas.

Nesse sentido, o próprio edital de Várzea Grande estabelece diretriz interpretativa no sentido de privilegiar a ampliação da disputa entre os interessados, conforme dispõe expressamente o item 18.3: ***“As normas disciplinadoras deste procedimento administrativo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.”***.

Diante das irregularidades apontadas, a Impugnante vem, de forma tempestiva, impugnar o Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2026, promovido pelo Município de Várzea Grande/MT, com fundamento nos princípios que regem a Administração Pública e os procedimentos licitatórios. A presente peça fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, e busca assegurar a legalidade, isonomia, competitividade, razoabilidade e a seleção da proposta mais vantajosa, saneando exigências que possam restringir indevidamente a participação de interessados no certame.

Com o propósito de demonstrar sua qualificação técnica, bem como a plena aptidão para o fornecimento dos objetos licitados, a Impugnante destaca que a XCMG constitui um dos maiores grupos empresariais da indústria de máquinas de construção da China, sendo reconhecida mundialmente pela elevada qualidade, robustez e confiabilidade de seus equipamentos.

A empresa atua no mercado brasileiro desde 2004 e acumula anos de experiência em desenvolvimento tecnológico, figurando entre os principais fabricantes globais do setor. A XCMG mantém presença consolidada em mais de 170 países, como resultado de investimentos contínuos em inovação, pesquisa e expansão industrial, ocupando posição de destaque no ranking mundial de fabricantes de máquinas de construção divulgado pela revista KHL, o que reforça sua excelência técnica, confiabilidade e liderança no segmento.

Em seu portfólio, a empresa dispõe de modelos que se amoldam à finalidade pública visada pela Administração Municipal neste certame, como a Motoniveladora GR1803BR, a Retroescavadeira XC870BR-II e a Escavadeira Hidráulica XE225BR, equipamentos amplamente utilizados em atividades de execução, manutenção e recuperação da infraestrutura urbana e rural, terraplenagem, pavimentação de vias públicas e manutenção de estradas vicinais, compatíveis com o objeto da presente licitação.



Tratam-se de equipamentos reconhecidos no mercado pela sua eficiência operacional, robustez e confiabilidade, sendo plenamente aptos a atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande/MT relacionadas ao fortalecimento da capacidade operacional da frota e à celeridade na execução dos serviços essenciais, conforme previsto no objeto do edital.

Inicialmente, sabe-se que as licitações públicas devem ser conduzidas de modo a garantir a mais ampla participação possível, sendo vedada a inserção de requisitos que, sem fundamento técnico ou justificativa idônea, restrinjam indevidamente o universo de concorrentes. A Administração Pública deve, portanto, pautar-se pelos princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade na definição das especificações do objeto, de modo que cada exigência esteja amparada em efetiva necessidade do interesse público. Nesse contexto, a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr (2008, p. 31-32) é expressa ao afirmar:

“O princípio mais importante para a licitação pública é o da isonomia ou da igualdade. Ele é, em análise acurada, a própria causa da licitação pública. Melhor explicando: os contratos administrativos geram benefício econômico ao contratado. Como todos os interessados em colher tais benefícios econômicos devem ser tratados com igualdade, por força do caput do art. 5º da Constituição Federal, impõe-se à Administração seguir certas formalidades para escolher com quem contratar, quem será o beneficiário.

[...]

*Quer dizer que a licitação pública é procedimento utilizado para que a Administração selecione com quem **futuramente irá celebrar o contrato, de maneira respeitosa ao princípio da igualdade, sem privilegiar apadrinhados ou desfavorecer desafetos.***

[...]

Portanto, o que determina se dada exigência é compatível ou incompatível com o princípio da isonomia é o interesse público. Se a exigência for amparada e justificada em interesse público, ainda que desigualmente pessoas e situações, será legítima, sem impor qualquer sorte de agravos ao princípio da isonomia. Se a exigência não for amparada e justificada em interesse público, será ilegítima e ofensiva ao princípio da isonomia.”

Com base nessa lição doutrinária, infere-se que a Administração somente pode restringir a competitividade quando demonstrar, de forma técnica, motivada e documentalmente comprovada pelo Estudo Preliminar, que determinada exigência é indispensável à satisfação do interesse público, não sendo legítima a imposição de especificações desprovidas de justificativa objetiva ou dissociadas da efetiva necessidade da contratação.

Dando início ao mérito da presente peça, passa-se à análise pormenorizada das especificações técnicas estabelecidas para os equipamentos previstos no edital. A presente



impugnação dirige-se especificamente contra a exigência constante no Termo de Referência que estabelece capacidades mínimas de caçamba para a Retroescavadeira e para a Escavadeira Hidráulica, cujos parâmetros revelam-se excessivamente restritivos e desprovidos da devida fundamentação técnica.

O edital exige, para a Retroescavadeira, “**Capacidade Mínima Carregadeira de 1,3 m³**”, e, para a “**Escavadeira Hidráulica, capacidade de 1,4 m³**”. Entretanto, essas exigências mostram-se indevidamente restritivas, uma vez que determinados equipamentos amplamente reconhecidos no mercado e plenamente aptos ao desempenho das atividades pretendidas pela Administração acabam sendo excluídos do certame em razão de uma diferença técnica mínima e irrelevante para a finalidade pública.

Como exemplo, destaca-se a Retroescavadeira XC870BR-II, que possui capacidade de caçamba de 1,0 m³, apresentando uma variação de 0,3 m³ em relação à capacidade mínima de 1,3 m³ exigida no edital. De igual modo, a Escavadeira XE225BR apresenta capacidade de caçamba de 1,2 m³, configurando uma divergência de apenas 0,2 m³ em relação à capacidade mínima de 1,4 m³ estabelecida no instrumento convocatório. Tais diferenças, de caráter meramente quantitativo e reduzido, não comprometem o desempenho operacional dos equipamentos nem sua plena aptidão para a execução dos serviços normalmente demandados pela Administração Pública.

A fixação de parâmetro técnico excessivamente específico, sem justificativa técnica robusta que demonstre a imprescindibilidade desse limite mínimo, restringe indevidamente a competitividade do certame, violando os princípios da isonomia, competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, que regem as licitações públicas.

Nesse sentido, a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, estabelece que as especificações do objeto devem ser formuladas de modo a ampliar a competição, vedadas exigências desnecessárias ou que direcionem o certame.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou entendimento de que as normas do procedimento licitatório devem ser interpretadas de forma a ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número de concorrentes, desde que não haja prejuízo à Administração, assegurando-se a seleção da proposta mais vantajosa, conforme decidido no Recurso Especial n. 5.606/DF, de relatoria do Ministro José Delgado:

As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à Administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa.

Assim, exigir capacidade mínima de caçamba de 1,3 m³ para a Retroescavadeira e de 1,4 m³ para a Escavadeira Hidráulica, quando equipamentos com 1,0 m³ e 1,2 m³, respectivamente, atendem plenamente às necessidades operacionais dos serviços pretendidos pela Administração, caracteriza exigência técnica desproporcional, capaz de restringir a participação de fornecedores e de equipamentos de qualidade reconhecida no mercado.



Dessa forma, mostra-se necessária a revisão das exigências constantes no Termo de Referência, para que as capacidades mínimas estabelecidas sejam ajustadas ou flexibilizadas, permitindo a participação de equipamentos com capacidades equivalentes e plenamente aptos à execução do objeto licitado, garantindo-se, assim, a ampla competitividade e a observância dos princípios que regem as licitações públicas.

Nesse sentido, a jurisprudência administrativa reforça a necessidade de flexibilização de métricas técnicas irrelevantes, como se observa na decisão favorável a esta Impugnante (Extra Máquinas) no Pregão Eletrônico nº 104/2025 da Prefeitura de Itararé/SP. Naquele certame, que também tratava da aquisição de escavadeira hidráulica, a Administração acolheu a impugnação apresentada para reduzir a exigência de capacidade de caçamba de 1,25 m³ para 1,2 m³, reconhecendo que uma variação reduzida não compromete o desempenho operacional do equipamento e é incapaz de frustrar a adequada execução do objeto licitado.



PREFEITURA DE ITARARÉ

Verifica-se que a diferença entre a capacidade exigida (1,25 m³) e a ofertada pela impugnante (1,2 m³) corresponde a variação aproximada de 4%. Sob a ótica técnica, trata-se de diferença reduzida, que, em tese, não compromete substancialmente a produtividade do equipamento nem inviabiliza sua utilização nas atividades descritas no edital. Ausente demonstração técnica de que essa diferença impactaria de forma relevante a execução dos serviços públicos pretendidos, a exigência pode revelar-se desproporcional.

O princípio da competitividade, expressamente previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, impõe à Administração o dever de estruturar o certame de modo a permitir a participação do maior número possível de interessados aptos, desde que preservadas as condições mínimas de execução adequada do objeto. A manutenção de exigência técnica inflexível, quando não demonstrada sua imprescindibilidade, pode reduzir o universo de competidores e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa.

Ademais, a moderna orientação interpretativa das normas licitatórias prestigia o formalismo moderado, de modo que pequenas variações técnicas, incapazes de afetar a finalidade pública, não devem ensejar desclassificação automática, sobretudo quando o critério de julgamento adotado é o de menor preço por item. A economicidade, igualmente princípio estruturante do regime de contratações públicas, recomenda que a Administração avalie se a restrição imposta é efetivamente necessária ou se resulta em potencial elevação de custos decorrente da redução da competição.

Ressalte-se que a definição das especificações técnicas deve sempre observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, exigindo-se correlação lógica entre a exigência estabelecida e o resultado prático pretendido. Na ausência de justificativa técnica robusta que demonstre a necessidade exclusiva da capacidade de 1,25 m³, mostra-se juridicamente recomendável a revisão da cláusula, a fim de adequá-la aos parâmetros legais e principiológicos que regem o procedimento



III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, conclui-se que a impugnação apresentada merece acolhimento, sob o fundamento de que a exigência de capacidade mínima da caçamba em 1,25 m³ não se encontra acompanhada de justificativa técnica específica que demonstre sua indispensabilidade para a adequada execução do objeto licitado.

A diferença de aproximadamente 4% em relação ao equipamento ofertado pela impugnante não evidencia, em análise preliminar, prejuízo concreto à finalidade pública, revelando-se medida potencialmente desproporcional e restritiva à competitividade, em desacordo com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

Esse precedente aplica-se perfeitamente ao caso do Município de Várzea Grande/MT, no qual as diferenças de 0,2 m³ e 0,3 m³ nas capacidades de caçamba dos Itens 03 e 04 carecem de justificativa técnica específica no Estudo Técnico Preliminar. Caso mantidas de forma inflexível, tais exigências tendem apenas a restringir indevidamente a competitividade do certame e a afastar propostas potencialmente mais vantajosas à Administração, em afronta direta aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa que regem as licitações públicas.

Diante do exposto, requer-se a revisão da exigência constante no Termo de Referência, para que seja reduzida a capacidade mínima de caçamba atualmente estabelecida, passando-se a admitir Retroescavadeiras com capacidade mínima de 1,0 m³ e Escavadeiras Hidráulicas com capacidade mínima de 1,2 m³, parâmetros plenamente compatíveis com as necessidades operacionais da Administração e tecnicamente suficientes para a adequada execução dos serviços pretendidos. A medida permitirá a ampliação da competitividade do certame, possibilitando a participação de equipamentos amplamente reconhecidos no mercado, sem qualquer prejuízo ao desempenho das atividades previstas, assegurando-se, assim, a observância dos princípios da razoabilidade, da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Outrossim, o edital exige **potência operacional mínima de 100 CV** para o item Retroescavadeira. A exigência de potência mínima não encontra respaldo em necessidade operacional comprovada, especialmente quando se observa que equipamentos amplamente consolidados no mercado operam com potências inferiores, sem qualquer prejuízo à produtividade, eficiência ou segurança.

O desempenho de uma retroescavadeira está diretamente relacionado ao conjunto mecânico, incluindo torque, sistema hidráulico e transmissão, e não exclusivamente à potência nominal do motor. Assim, a fixação de parâmetro tão específico e elevado, sem justificativa técnica detalhada, acaba por direcionar o certame a modelos específicos.

Ocorre que o Estudo Técnico Preliminar não demonstrou de forma objetiva e devidamente motivada a imprescindibilidade da adoção desse exato parâmetro para a execução das atividades descritas no edital e que justificam a aquisição do maquinário licitado. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2441/2017 – Plenário, consolidou entendimento no sentido de que:



“cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica”.

Ademais, o equipamento ofertado pela impugnante, Retroescavadeira XC870BR-II, possui potência de motor de 99,87 CV, o que assegura a operação segura e regular pretendida pela Administração. Nesse contexto, a eventual desclassificação por uma diferença nominal de apenas 0,13 CV revela-se medida manifestamente desproporcional, configurando restrição indevida à competitividade do certame, sem qualquer impacto prático na execução das atividades.

Esta exigência afronta a Lei nº 14.133/2021, bem como o item 18.3 do próprio edital que determina as normas disciplinadoras deste procedimento administrativo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam interesse da Administração.

Dessa forma, à luz da doutrina e da jurisprudência consolidada, impõe-se a retificação do instrumento convocatório, seja mediante a redução da potência mínima exigida, seja pela adoção de faixa de tolerância compatível com a realidade técnica do objeto, de modo a prestigiar a ampliação da disputa, nos termos do item 18.3 do edital. Subsidiariamente, caso não promovida a retificação, requer-se o reconhecimento da plena adequação do modelo XC870BR-II, com potência de 99,87 CV, considerando-se irrelevante a diferença meramente decimal de 0,13 CV em relação ao parâmetro fixado, bem como o atendimento integral à finalidade da contratação e ao interesse público.

Dando continuidade ao mérito da presente impugnação, destacam-se as especificações técnicas relativas ao tipo de transmissão **“servotransmissão com acionamento direto”** e ao tipo de freio **“a ar com discos banhados a óleo”**, estabelecidas no Termo de Referência para o item Motoniveladora. As referidas exigências restringem indevidamente a competitividade do certame, contrariando o disposto no art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021, que consagra os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Não consta no edital qualquer fundamentação técnica demonstrando que os modelos de freios e de transmissão exigidos no Termo de Referência proporcionam superioridade essencial em relação a outros sistemas amplamente utilizados no mercado, como o freio hidráulico, o freio a disco seco, entre outros, bem como sistemas de transmissão baseados em conversor de torque.

Cumprе destacar que o conversor de torque é um elemento hidrodinâmico de acoplamento entre o motor e a transmissão, cuja função principal é permitir a multiplicação de torque, proporcionar partidas suaves e conferir proteção ao trem de força do equipamento, características que garantem o bom desempenho operacional e confiabilidade.

O Tribunal de Contas da União (TCU) entende que a Administração Pública deve abster-se de inserir nos editais especificações técnicas excessivamente detalhadas ou soluções construtivas específicas sem prévia e adequada justificativa técnica, lastreada em estudos ou pareceres, sob



pena de restrição à competitividade e direcionamento do certame, em afronta aos princípios que regem as licitações:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

(...)

*9.4.2. nos termos do art. 2º da Resolução Senac n. 845/2006, **abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios excessivo detalhamento do objeto, de modo a evitar o direcionamento da licitação ou a restrição de seu caráter competitivo, justificando e fundamentando quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores dos bens ou prestadores do serviço objeto do certame;***

*1 A eleição da marca ou a adoção do estander próprio somente pode acontecer mediante **prévia e devida justificativa, lastreada em estudos, laudos, perícias e pareceres técnicos, em que as vantagens para o interesse público fiquem clara e sobejamente demonstradas, sob pena de caracterizar fraude ao princípio da licitação.** (Gasparini, Diógenes, Direito Administrativo, Saraiva pg. 379, 2001, SP)*

Informações AC-1508-16/07-1 Sessão: 29/05/07 Grupo: I Classe: II Relator: Ministro MARCOS BEMQUERER - Tomada e Prestação de Contas - Inicial Própria Controle 3230 2 2 2 2 0 3 5 5

Acrescenta-se, ainda, que o Tribunal de Contas da União consolidou entendimento por meio da Súmula nº 270, segundo a qual, em licitações referentes a compras, é vedada a indicação de características e especificações exclusivas, salvo quando tecnicamente justificável e devidamente motivada, nos seguintes termos:

"Em licitações referentes a compras, é vedada a indicação de características e especificações exclusivas ou de marcas, a menos que tecnicamente justificável e devidamente motivada."

O presente entendimento aplica-se integralmente às especificações ora impugnadas, diante da ausência de justificativas técnicas que embasem sua exigência, o que as caracteriza como cláusulas restritivas à competitividade do presente certame.

Nesse sentido, diante do caráter restritivo dessas especificações e da ausência de justificativas técnicas para mantê-las como exigências no presente certame, bem como da jurisprudência consolidada do TCU, requer-se a retificação do Termo de Referência, para que passe a admitir, no item Motoniveladora, modelos de transmissão e de sistema de freio amplamente utilizados na categoria, tais como transmissão com conversor de torque e freio hidráulico.



No tocante às demais especificações estabelecidas no Termo de Referência para a motoniveladora, no que se refere à **espessura da lâmina**, foi especificada a **medida de 22 mm**, e, quanto à capacidade do **tanque de combustível**, foi estabelecida a **capacidade exata de 284 litros**. O excessivo grau de detalhamento e a conjunção dessas especificações técnicas, cuja combinação de requisitos não se limita a caracterizar um tipo de equipamento, mas acaba por individualizar um modelo específico, vinculado a determinado fabricante.

Ressalta-se que não há, no Estudo Técnico Preliminar, qualquer demonstração objetiva de que tais parâmetros sejam indispensáveis à adequada execução das atividades pretendidas pela Administração. Não há qualquer estudo de necessidade que comprove a imprescindibilidade da fixação de um tanque com capacidade exatamente de 284 litros, tampouco se justifica por que um maquinário dotado de tanque com 280 litros ou até inferior, porém com menor consumo e, por conseguinte, maior autonomia, seria sumariamente desclassificado. Isso porque cada fabricante desenvolve a capacidade do tanque conforme a necessidade operacional de seu maquinário.

Da mesma forma, não há razão técnica para a fixação de uma medida exata de 22 mm para a espessura da lâmina, nem demonstração de eventual prejuízo ao nivelamento ou às demais atividades a serem executadas caso os modelos ofertados não possuam exatamente tais medidas e capacidades.

Ora, em que pese o objeto licitado exigir a adoção de tratamento discriminatório, isso não implica em autonomia à Administração para consagrar restrição excessiva, vez que esta deve atentar-se às especificações mínimas necessárias a fim de assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa. Para tanto, imprescindível é a compatibilidade entre a restrição do objeto com o fim a qual ele se destina, e, portanto, deve a Administração justificar, de modo fundamentado, não apenas a necessidade de discriminar, mas também o limite mínimo da discriminação, o que, data máxima vênia, não foi observado no presente certame.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu *art. 37, XXI*, que a estipulação de exigências de qualificação técnica deve se limitar àquelas que se revelem indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, o que não se verifica no presente caso.

O Tribunal de Contas da União (TCU) detém entendimento já pacificado acerca da vedação à adoção de especificações excessivas que limitem o caráter competitivo do certame. Nesse sentido, conforme consta nas Orientações do TCU:

"É importante observar se o objeto a ser contratado está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas. A não utilização do catálogo eletrônico de padronização deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

A definição não deve contemplar especificações excessivas, desnecessárias ou irrelevantes, sob risco de frustrar ou limitar indevidamente o caráter competitivo da licitação, podendo até direcionar a licitação para fornecedor específico."



Nesse sentido, o Tribunal Contas da União, ao apreciar situações análogas, firmou entendimento no Acórdão nº 2.387/2013 – Plenário, reconhecendo a ilegalidade de exigências desprovidas de fundamentação técnica e determinando a adoção de medidas corretivas. Conforme consignado no referido julgado, em procedimento licitatório marcado por indícios de direcionamento das especificações para modelos de determinado fabricante, a ausência de justificativas técnicas para a imposição direcionada ensejou, inclusive, a fixação de prazo para anulação do certame, com ciência aos interessados e ao concedente acerca das providências necessárias.

ACÓRDÃO Nº 2387/2013 – TCU – Plenário SUMÁRIO:
REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO COM INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES PARA MODELOS DE DETERMINADO FABRICANTE DE CULTIVADORES MOTORIZADOS. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO CERTAME. OITIVAS. ALEGAÇÃO DE QUE A ESPECIFICAÇÃO CONSTOU DO PLANO DE TRABALHO DE CONVÊNIO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA A ESPECIFICAÇÃO DIRECIONADA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. CIÊNCIA AO CONCEDENTE ACERCA DAS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E AOS DEMAIS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO.

O precedente evidencia que a imposição de exigências técnicas desacompanhadas de motivação adequada constitui vício grave, capaz de comprometer diretamente a competitividade do certame e de acarretar a invalidação do procedimento licitatório.

Diante do exposto, considerando o caráter manifestamente restritivo das especificações relativas à espessura da lâmina de 22 mm e à capacidade do tanque de combustível de exatamente 284 litros, bem como a ausência de justificativas técnicas que demonstrem sua imprescindibilidade, em afronta aos princípios da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, requer-se a retificação do instrumento convocatório para que seja promovida a redução dos referidos parâmetros técnicos, de modo a adequá-los à realidade de mercado e ampliar a competitividade do certame.

Vossa Senhoria, o edital, em seu Termo de Referência, estabeleceu para a **motoniveladora** as seguintes velocidades: **velocidade máxima à frente de 39,70 km/h e velocidade máxima à ré de 31,30 km/h**. Todavia, não foi demonstrado no Estudo Técnico Preliminar os motivos técnicos que fundamentaram a exigência de que a motoniveladora possua tais velocidades, tampouco a interferência que esses parâmetros exerceriam no desempenho das atividades operacionais, nem houve demonstração de eventual prejuízo caso os modelos ofertados apresentem velocidades inferiores, o que evidencia a ausência de imprescindibilidade dessas especificações técnicas.



Sempre que necessária a restrição a alguma especificação técnica ou dimensão, deve haver justificativa expressa, fundamentada na realidade local e nas necessidades efetivas da Administração, não sendo admissíveis exigências que não atendam ao interesse público, sobretudo porque as diversas marcas disponíveis no mercado, ainda que apresentem especificações distintas, possuem desempenho semelhante e suficiente para atender às demandas de uma Prefeitura Municipal.

Nesse sentido, a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, estabelece que as especificações do objeto devem ser formuladas de modo a ampliar a competição, sendo vedadas exigências desnecessárias ou que direcionem o certame.

No mercado de motoniveladoras, existem diversos modelos com diferentes faixas de velocidade e com excelente desempenho operacional, razão pela qual toda especificação que limite o certame deve ser devidamente justificada. No caso da impugnante, que possui o modelo Motoniveladora GR1803BR, da marca XCMG, com velocidade máxima à frente de 38 km/h e velocidade máxima à ré de 23 km/h, trata-se de equipamento amplamente utilizado no mercado nacional por entes públicos e privados, demonstrando sua plena capacidade de atender às demandas operacionais da Administração.

Dessa forma, a fixação de parâmetros rígidos e específicos de velocidade, desacompanhada de justificativa técnica idônea, configura restrição indevida à competitividade, em afronta aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa.

Diante disso, considerando a ausência de justificativas técnicas que demonstrem a imprescindibilidade das velocidades máximas exigidas, bem como o caráter restritivo de tais especificações, mostra-se necessária a retificação do instrumento convocatório para que seja promovida a redução dos parâmetros de velocidade estabelecidos para a motoniveladora, adequando-os à realidade de mercado e às efetivas necessidades da Administração, de modo a ampliar a competitividade do certame e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

Subsidiariamente, caso Vossa Senhoria não entenda pela retificação das métricas de capacidade de caçamba, potência e demais dimensões técnicas estabelecidas nas especificações do Termo de Referência, requer-se a aceitação de ofertas de modelos que apresentem variações mínimas, considerando-se a razoabilidade na admissão de divergências técnicas que não frustram a finalidade do objeto.

No caso concreto de Várzea Grande - MT, as divergências verificadas entre os modelos ofertados pela impugnante e as exigências do Termo de Referência mostram-se numericamente reduzidas e operacionalmente irrelevantes, não comprometendo a aptidão dos equipamentos para atender às demandas da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

A motoniveladora modelo GR1803BR apresenta espessura de lâmina de 20 mm, em comparação aos 22 mm exigidos, e tanque de combustível com capacidade de 280 litros, frente aos 284 litros estipulados. Tais diferenças, de apenas 2 mm e 4 litros — correspondendo, neste último caso, a uma variação aproximada de 1,4% — revelam-se insignificantes para o desempenho em



campo e para a autonomia do equipamento, sobretudo considerando que a eficiência operacional decorre do conjunto sistêmico da máquina, e não de parâmetros isolados.

Em relação à retroescavadeira XC870BR-II, a potência ofertada de 99,87 CV representa variação nominal de apenas 0,13 CV em relação ao parâmetro de 100 CV, enquanto a caçamba de 1,0 m³ mostra-se plenamente apta à execução das atividades de infraestrutura urbana e rural, ainda que o edital exija 1,3 m³. Da mesma forma, a escavadeira XE225BR apresenta capacidade de 1,2 m³, divergindo em apenas 0,2 m³ do exigido, sem qualquer prejuízo à celeridade e eficiência na execução dos serviços essenciais do Município.

Tais variações decorrem de ajustes próprios de engenharia de cada fabricante, de modo que sua rejeição inflexível configuraria formalismo excessivo, em prejuízo à competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Sobre o tema, é oportuno destacar o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, conforme consignado no Acórdão nº 357/2015 – Plenário:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”.

A título ilustrativo, e sem qualquer pretensão de atribuir caráter vinculante ao presente procedimento, verifica-se que há precedentes administrativos que admitem margem de tolerância em especificações mínimas, evidenciando a viabilidade técnica e a ausência de prejuízo ao interesse público na flexibilização ora pleiteada. Nesse sentido, destaca-se o Pregão Eletrônico nº 101/2025 da Prefeitura de Carapicuíba/SP, no qual se reconheceu como legítima a aceitação de variações dentro desse limite.

diesel e óleo hidráulico com tampas fechadas com chave; pneus traseiros medindo no mínimo 17,5 x 24 - 12 horas; sistema de monitoramento remoto que permita localização do equipamento e acompanhamento das funções vitais, instalado direto de fábrica; velocidade de deslocamento de no mínimo 35 km/h; garantia; 12 (doze) meses sem limite de horas trabalhadas e de quilometragem; jogo completo de manuais para operação e manutenção (redigidos
--

Pregão Eletrônico nº 101/2025 - Processo Administrativo nº. 24083/2025

licitacoes@carapicuiiba.sp.gov.br | (11) 4164-5500 - R. 5442
Rua Joaquim das Neves, nº 211 - Vila Caldas, Carapicuíba - SP | CEP: 06310-030, Brasil

Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria da Fazenda

Departamento de Licitações e Compras



**CIDADE DE
CARAPIK**

em português). Emplacamento: A empresa licitante será responsável pelo 1º emplacamento dentro do Município de Carapicuíba e liberação do veículo. Obs: Todas as especificações são mínimas ou similares. podendo variar em até 10%.
--



Diante desse cenário, impõe-se a atuação saneadora desta Administração, por intermédio do(a) Ilustre Pregoeiro(a), no sentido de adequar o instrumento convocatório aos ditames da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado, competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, preservando-se, em última análise, o interesse público.

Tal providência encontra respaldo no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, conforme assentado no Acórdão nº 7.289/2022 – Primeira Câmara, segundo o qual: ***“O gestor médio, responsável por presidir licitações no âmbito da Administração Pública, ciente de exigências restritivas no edital do certame, deveria proceder à revisão criteriosa desses aspectos, ainda que eventual impugnação oferecida contra o ato convocatório não lograsse êxito na superação das exigências formais para conhecimento.”***

Logo, caso não seja acolhido o pedido de retificação das especificações técnicas impugnadas, requer-se, subsidiariamente, que seja admitida a aceitação de ofertas de equipamentos que apresentem pequenas variações técnicas em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, por se tratarem de divergências numericamente reduzidas e operacionalmente irrelevantes, que não comprometem a aptidão dos equipamentos para o atendimento da finalidade pública, garantindo-se, assim, a ampliação da competitividade, a isonomia entre os licitantes e a não violação do interesse da Administração, mas, ao contrário, a ampliação do certame para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Impugnante a Vossa Senhoria, na qualidade de Pregoeiro(a), que se digne a:

- a) Receber e acolher a presente impugnação, uma vez que preenche todos os requisitos de admissibilidade e foi protocolada dentro do prazo legal;
- b) Conceder efeito suspensivo ao certame, com a consequente suspensão da sessão pública designada, a fim de que sejam sanados os vícios e as restrições indevidamente impostas no Termo de Referência, evitando-se prejuízos à competitividade e à seleção da proposta mais vantajosa;
- c) Julgar totalmente procedente a presente impugnação, determinando a retificação do Termo de Referência, especificamente para:
 - Promover a redução dos parâmetros relativos à espessura da lâmina da motoniveladora, atualmente fixada em 22 mm, adequando-a a patamar compatível com os equipamentos disponíveis no mercado;
 - Promover a redução da capacidade do tanque de combustível da motoniveladora, atualmente fixada em 284 litros, adequando-a à realidade técnica e operacional do objeto;



- Promover a redução dos parâmetros de velocidade máxima da motoniveladora (avante e à ré), adequando-os à realidade de mercado e às efetivas necessidades da Administração;
- Retificar as especificações da Motoniveladora, para que passem a admitir sistemas de transmissão e de freio amplamente utilizados na categoria, tais como transmissão com conversor de torque e freio hidráulico e demais modelos existentes.
- Reduzir a potência operacional mínima exigida para a Retroescavadeira, de 100 CV para patamar compatível com a realidade de mercado, ou estabelecer margem de tolerância técnica;
- Reduzir a capacidade mínima de caçamba exigida para a Retroescavadeira, de 1,3 m³ para 1,0 m³,
- Reduzir a capacidade mínima de caçamba exigida para a Escavadeira Hidráulica, de 1,4 m³ para 1,2 m³

d) Subsidiariamente, caso não sejam acolhidos os pedidos de revisão das especificações técnicas ora impugnadas, requer-se que a Administração admita a participação de equipamentos que apresentem pequenas variações técnicas em relação aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, ante a ausência de justificativas técnicas para as especificações atualmente exigidas e a inexistência de prejuízo operacional decorrente das pequenas divergências existentes entre os modelos disponíveis no mercado;

e) Requer-se, ainda, que seja reconhecida a plena adequação dos equipamentos ofertados pela Impugnante, considerando-se irrelevantes as divergências técnicas pontuais apontadas, por não comprometerem o desempenho operacional nem a finalidade da contratação;

f) Por fim, requer-se que eventual decisão de indeferimento da presente impugnação seja devidamente motivada, com a apresentação das justificativas técnicas, estudos ou pareceres que fundamentaram as especificações impugnadas, sob pena de nulidade do certame por ausência de motivação, bem como o encaminhamento do caso ao Tribunal de Contas do Estado para análise das restrições apontadas.

Termos em que,

Pede deferimento.

EXTRA MAQUINAS S
Assinado de forma digital por
EXTRA MAQUINAS S
A:19293041000222
Dados: 2026.03.17 13:57:57
-04'00'
EXTRA MÁQUINAS S.A.
CNPJ n.º 19.293.041/0002-22